



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

### 1 ATA DA OITAVA REUNIÃO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS.

2 Aos dois dias de agosto de 2000, reuniu-se o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das  
3 Velhas, no auditório da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
4 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros: o  
5 presidente Paulo Maciel, Ângela Maria Ladeira Moreira da Costa, Augusto César Soares do  
6 Santos, Benício de Assis Araújo, Apolo Heringer Lisboa, Dóris Aparecida Garisto Lins,  
7 Válder Vilela Cunha, Eva Irena Kurek, José Maurício Ramos, Sérgio Menin Teixeira de  
8 Souza, Célia Cristina Lima, Ênio Resende de Souza. **Assuntos em pauta:** \_\_\_\_\_

9 **1) EXAME DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR.** Aprovada por unanimidade a ata da 6ª reunião  
10 do Comitê realizada em 6 de junho de 2000. \_\_\_\_\_

11 **2) OUTORGA DE DIREITO DE USO DE ÁGUA. Processo Nº 389/2000, de 24/4/2000:** O Comitê  
12 decidiu remeter à próxima reunião a apreciação do pedido de outorga, porque o processo  
13 não estava devidamente instruído. **Padronização técnica.** O Comitê deliberou a formação  
14 de grupo de trabalho para discutir e apresentar uma proposta de instrução básica a ser  
15 adotada pelo IGAM, para elaboração dos relatórios técnicos e pareceres referentes aos  
16 processos de outorga de direito de uso de água. Com a instrução básica, os conselheiros  
17 pretendem garantir a padronização de informações sobre os processos. O grupo foi formado  
18 pelos conselheiros Sérgio Menin, Válder Vilela Cunha e Ângela Maria Ladeira Moreira da  
19 Costa. Ana Luiza Dolabela, da Assessoria Jurídica da FEAM, e Luiza de Marillac, do  
20 IGAM, deverão ser convidadas para participar do grupo. O presidente Paulo Maciel  
21 solicitou que o grupo de trabalho providencie junto ao IGAM e apresente na próxima  
22 reunião do Comitê a relação dos empreendimentos já outorgados na bacia do Rio das  
23 Velhas e a lista dos pedidos de outorga em demanda no órgão, para avaliação do Comitê. O  
24 conselheiro José Maurício Ramos sugeriu ao IGAM que adotasse procedimento padrão  
25 para licenciamento de determinados tipos de empreendimentos. “O rebaixamento de nível  
26 de água na mineração, por exemplo, é um fato relativamente novo no contexto dos  
27 licenciamentos. E é um trabalho necessário para que ocorra a operação da lavra de minério.  
28 Isso requer um procedimento novo, padrão, a partir do próprio IGAM, para orientar as  
29 empresas”, afirmou. \_\_\_\_\_

30 **3) PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA - UNIDADE TÉCNICA DO COMITÊ DA**  
31 **BACIA DO RIO DAS VELHAS.** O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas aprovou  
32 por unanimidade a proposta de Deliberação Normativa que institui a Unidade Técnica do  
33 Comitê, conforme minuta apresentada pelo IGAM, com as seguintes alterações: 1) No  
34 terceiro ‘considerando’, suprimir a expressão “sobretudo decorrentes da Região  
35 Metropolitana de Belo Horizonte que drena”; 2) Inverter a ordem de disposição dos  
36 ‘considerandos’ primeiro e segundo; 3) Incluir o seguinte item nos ‘considerandos’:  
37 “Considerando a necessidade de valorizar e apoiar as demais iniciativas e projetos  
38 existentes em prol da melhoria da bacia do rio das Velhas, no tocante as diversas  
39 atividades, como de saneamento, reflorestamento, coleta de lixo na região, educação  
40 ambiental, mobilização social, tratamento de óleo diesel nos postos de gasolina entre  
41 outras.” 4) Incluir no texto do Artigo 1º a seguinte redação: “inventariar, reunir e atualizar  
42 as informações técnicas referentes aos meios físico, biótico e sócio-econômico contidas nos  
43 Planos Diretores de Recursos Hídricos elaborados e em elaboração”; 5) Transformar o  
44 Parágrafo Único do Artigo 2º em §1º, com nova redação: “O coordenador executivo  
45 referido neste artigo será orientado por quatro membros do Comitê, representando os



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

46 segmentos dos poderes públicos municipal e estadual, de usuários e da sociedade civil que  
47 atuam na área da bacia, para garantir uma supervisão efetiva por parte do comitê.”; 6)  
48 Incluir no Artigo 2º o § 2º, com a seguinte redação: “Os quatro membros do Comitê  
49 referidos no §1º serão eleitos pelo próprio Comitê.”; 7) Nova redação para o Artigo 2º:  
50 “Essa UT será dirigida e coordenada por um coordenador executivo, aprovado pelos  
51 membros do Comitê e designado por ato do presidente.”; 8) Em todo o corpo da  
52 Deliberação Normativa onde constar a designação “coordenador técnico” substituir por  
53 “coordenador executivo”; - incluir no final do texto do Artigo 4º a expressão “e empresas”.  
54 9) Suprimir o Artigo 5º.

55 **4) DISCUSSÃO SOBRE TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO. Síntese das**  
56 **exposições.** Flávio Mayrink. “O histórico da transposição do rio São Francisco mais  
57 recentemente foi colocado pelo ministro Aluizio Alves, em 1994, como uma tomada de  
58 água de 300 m<sup>3</sup>/s. Depois, de 1994 a 1998, falou-se muito em 70 m<sup>3</sup>/s. Agora, houve uma  
59 retomada em que se fala em 120 m<sup>3</sup>/s, com dois eixos. Antes, era apenas uma tomada em  
60 Cabrobró, com 99 m<sup>3</sup>/s e, agora, apareceu o eixo Leste, retirando a água de Itaparica e  
61 levando basicamente a Paraíba, com 28 m<sup>3</sup>/s. Um terço de Minas Gerais está na bacia do rio  
62 São Francisco. O que é importante perceber é que há 36,8% do Vale do São Francisco em  
63 Minas Gerais e 40,4% de Minas Gerais está dentro da área do São Francisco. Uma das  
64 coisas que vêm sendo colocadas é de que provavelmente a bacia do São Francisco pudesse  
65 acabar com a miséria do Nordeste. Temos aqui um quadro, que mostra que a Bahia tem 46  
66 municípios com 40 a 50% de famílias indigentes. Tem 65% dos municípios com mais de  
67 50% de famílias indigentes. Isso é pobreza. São municípios ribeirinhos, com a água  
68 presente e convivendo com a miséria. Então, fazemos uma reflexão de até que ponto a água  
69 pode resolver problema de miséria. Minas Gerais é o Estado grande formador das águas do  
70 São Francisco. De 70 a 75% das águas do São Francisco cruzam a divisa de Minas. Depois  
71 de Minas Gerais, existem apenas dois rios perenes: o rio Corrente e o rio Grande. Onde se  
72 quer fazer a transposição do São Francisco se quer fazer também a transposição do rio  
73 Tocantins. Interessante é que a água do Tocantins vai cair exatamente no Oeste da Bahia,  
74 que é talvez a grande fronteira agrícola daquele Estado. O perfil do eixo norte é mais ou  
75 menos esse: sai de Cabrobró, divisa da Bahia com Pernambuco, e tem-se uma série de  
76 bombeamentos. O recalque total é de 160 metros. Depois, passa por um túnel, canais,  
77 sifões, até descer a serra dos Araripes e então a água começar a caminhar em direção ao  
78 mar. A idéia é aproveitar essa água para gerar energia elétrica, aproveitando essa queda  
79 natural. Então, há a tomada de água em Cabrobó, um pouco à jusante de Sobradinho e à  
80 montante de Itaparica. O comprimento do canal seria 2.100 Km, a vazão retirada era de 50  
81 m<sup>3</sup>/s, no projeto antigo, e, na segunda etapa, seriam 280 m<sup>3</sup>/s. O desnível seria de 180  
82 metros. Estavam falando em 1.600.000 hectares. O investimento seria de US\$ 2,1 bilhões; a  
83 água abasteceria 220 cidades e ainda teriam aquelas irrigações adicionais. A essas alturas,  
84 se somasse as áreas irrigadas, acaba a água do rio São Francisco. À época, fiz as contas de  
85 quanto seria a perda energética na cascata. A observação que faço é a seguinte: nós,  
86 sociedade brasileira, pusemos o nosso dinheiro em todas aquelas usinas, que foram feitas  
87 com investimentos da sociedade brasileira. De repente, tira-se a água dessas usinas e se tem  
88 aquela perda. Na realidade, pagamos por uma coisa, mas não vamos levar. Para o projeto da  
89 Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) está se falando em  
90 R\$ 18,5 bilhões. A concepção da Codevasf era de transpor água de vários rios, jogar na



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

91 calha principal do São Francisco e, de lá, tirar por volta de 1.000 m<sup>3</sup>/s. Do Tocantins,  
92 seriam retirados 400 m<sup>3</sup>/s. Do São Marco, na divisa de Minas com Goiás, seriam retirados  
93 89 m<sup>3</sup>/s. Do Paranaíba, 135 m<sup>3</sup>/s. De Furnas, em Capitólio, 63 m<sup>3</sup>/s. Essa água toda seria  
94 retirada desses rios e jogada na calha principal do São Francisco. Se o Nordeste tem hoje  
95 por volta de 21 bilhões de m<sup>3</sup> em açude, o que é mais do que o reservatório de Três Marias,  
96 o problema é água? Por que não se usou para irrigação ou para dar de beber a quem tem  
97 sede? Fica aí uma grande indagação. Como Minas tem 70% da formação do São Francisco,  
98 qualquer revitalização que for se fazer no São Francisco tem que passar pelo Estado.  
99 Então, acho que Minas tem que ficar atento a isso, pois, em algumas vezes, ‘comeu mosca’.  
100 Quando colocaram o preço único do aço no Brasil, por exemplo, tiraram boas  
101 oportunidades de Minas Gerais. Quando fizeram o preço de energia elétrica único no país,  
102 tiraram um grande diferencial de Minas Gerais, que é a grande caixa de água do Sudeste. E  
103 o maior atrativo de Minas Gerais, hoje, no meu entendimento, é a água. Cerca de 40% da  
104 população mineira está na bacia do rio São Francisco e Belo Horizonte também está dentro  
105 da bacia.” **Plano de revitalização hidroambiental da bacia hidrográfica do Rio São**  
106 **Francisco.** As conselheiras Ângela Ladeira e Célia Cristina Lima fizeram apresentação  
107 sobre o Plano de revitalização elaborado pelo Ministério da Integração Nacional, Secretaria  
108 de Infra-Estrutura Hídrica. “Não fazemos idéia de que forma esse plano de revitalização  
109 está atrelado à proposta de transposição do rio São Francisco. Visto de forma independente,  
110 é um plano interessante de revitalização da bacia do São Francisco. Se tomado como  
111 iniciativa de recuperação da bacia, é um plano interessante.”

112 **5) ASSUNTOS GERAIS. Eleições do Comitê da Bacia do Rio das Velhas.** Luiza de  
113 Marilac, do IGAM, solicitou manifestação do Comitê quanto ao procedimento a ser  
114 adotado em relação às inscrições para as eleições do Comitê que não se enquadrarem ao  
115 edital de convocação. O conselheiro Valter Vilela Cunha se manifestou favoravelmente à  
116 impugnação das inscrições que não atenderem o edital e propôs que fosse encaminhada  
117 comunicação formal aos inscritos, informando os motivos de sua não aceitação no processo  
118 eleitoral. O conselheiro Apolo Heringer Lisboa sugeriu que os inscritos que não atendessem  
119 o edital pudessem refazer suas inscrições, candidatando-se como representante legal de  
120 alguma instituição devidamente credenciada. O presidente Paulo Maciel resolveu submeter  
121 a definição sobre o tema para a Assessoria Jurídica do IGAM, que deverá considerar as  
122 sugestões apresentadas pelos conselheiros. **Encerramento.** Não havendo outros assuntos a  
123 serem tratados, o presidente declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata.

124  
125  
126  
127